

Rumos

DEZEMBRO

2022

Economia &
Desenvolvimento

NOVA IDADE

Com menos nascimentos e maior longevidade, base da pirâmide etária brasileira se estreita, e especialistas alertam para o risco do país perder o benefício do “bônus demográfico” sem que tenha conseguido resolver alguns de seus principais desafios.

ESPECIAL

O que será de 2023 em áreas como educação, sustentabilidade e inovação?

REPORTAGEM

ABDE participa de Conferência do Clima da ONU e assina acordo para financiamento da Amazônia.

ARTIGO

As instituições de fomento podem apoiar na implementação da agenda sustentável global.



Agência de Fomento do Estado
do Rio de Janeiro S/A



Agência de Fomento do Estado
do Amazonas S/A



Banco do Brasil S/A



DESENVOLVE SP

Agência de Desenvolvimento Paulista



Agência de Fomento do Paraná S/A



Banco do Estado de
Sergipe S/A



Agência de Fomento do Estado
de Roraima S/A



Agência de Fomento do Estado do Rio
Grande do Norte S/A



Banco do Estado do Espírito Santo



Agência de Fomento do Estado
de Pernambuco S/A



Badesul Desenvolvimento S/A –
Agência de Fomento RS



Banco do Estado do Pará S/A



Agência de Fomento do Estado
de Alagoas S/A



Agência de Fomento e Desenvolvimento
do Estado do Piauí S/A



Banco do Nordeste do Brasil S/A



Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A



Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social



Cooperativa de Crédito



Agência de Fomento do Estado
de Goiás S/A



Banco Regional de
Desenvolvimento do Extremo Sul



Inovação e Pesquisa



Agência de Fomento do Estado
de Mato Grosso S/A



Banco da Amazônia S/A



Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas



Agência de Fomento do Estado de Santa
Catarina S/A



Banco de Brasília



Sistema de Crédito Cooperativo



Agência de Fomento do Estado
do Tocantins



Banco de Desenvolvimento de
Minas Gerais S/A



Sistema de Cooperativas de
Crédito do Brasil



Agência de Fomento do
Estado do Amapá S/A



Banco de Desenvolvimento do
Espírito Santo S/A



Banco do Estado do Rio
Grande do Sul S/A

AO LEITOR

Parece que foi ontem, mas já se passaram dois anos do início da pandemia. Além dos muitos impactos diretos que a crise sanitária de 2020 nos legou, econômico, social, humanitário, também nos deixou um pouco perdidos no tempo: agora incluímos o “isso foi antes da pandemia”, “aconteceu antes...”, ficamos com um marco temporal que nos acompanhará um bom período. E é assim também quando vemos um novo ano chegar; 2023 traz enfim a perspectiva de fim da pandemia e retomada efetiva da “vida” em seu estado pleno, sem receios. As perspectivas para esse novo ciclo são objeto de reflexão em nossa seção especial, com a visão de quatro especialistas de diversas áreas nos sinalizando o que virá então. Nesse mesmo sentido, vale conferir a reportagem de capa, sobre o “bônus demográfico perdido”, fortemente impactado pelas vítimas brasileiras da Covid-19, que alterou as previsões populacionais feitas pelos estatísticos e desafia ainda mais a busca pelo desenvolvimento sustentável brasileiro.

A esperança se manifesta em forma de mudança de hábitos, sejam pessoais, sejam globais, para que realmente possam impactar gerações futuras, como apontam a reportagem sobre a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) na COP27, e também o artigo sobre o mesmo tema.

Se o ontem já passou, é tempo de olhar para o futuro, firme no propósito de que todos os legados se edificam no presente. Boa leitura, feliz 2023!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

6 **ARTIGO - ESPECIAL**
Um ano de oportunidades à frente

7 **ARTIGO - ESPECIAL**
Instabilidade e crises sistêmicas

8 **ARTIGO - ESPECIAL**
Os rumos da educação brasileira em 2023

10 **ARTIGO - ESPECIAL**
Separar o hype da realidade

18 **REPORTAGEM**
O futuro é verde

22 **ARTIGO**
O Sistema Nacional de Fomento na COP da Implementação

24 **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**

26 **LIVROS**

DESTAQUES



Westie Valadares

04

ESPECIAL

Novas perspectivas



Pixabay

12

REPORTAGEM | CAPA

Contra o relógio



Novas perspectivas

Especialistas apontam desafios e perspectivas para o próximo ano nas áreas de Educação, Sustentabilidade, Tecnologia e Relações Internacionais.

Em sua última edição de 2022, a revista *Rumos* apresenta seu tradicional diálogo com especialistas de diferentes áreas que procuraram responder a uma única questão, simples, mas também desafiadora em um mundo marcado por rápidas mudanças: quais as perspectivas para 2023?

A economista Carolina Genin apresenta suas reflexões sobre as oportunidades abertas para o Brasil na área de sustentabilidade, após a mudança na gestão federal. O

professor Creomar de Souza analisa os muitos desafios que ainda serão enfrentados na ordem internacional, em cenário de instabilidade global. Para o professor Anderson Dias, é preciso entender o que falhou no processo educacional brasileiro e empreender grandes mudanças. E a doutora em mídias digitais Dora Kaufman revela como a Inteligência Artificial pode impactar ainda mais o nosso presente nesse novo ciclo.

Divulgação



CAROLINA GENIN
Diretora do programa de Clima do WRI Brasil. Possui mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science (LSE).

Divulgação



ANDERSON DIAS
Professor e Ph.D., é coordenador Geral da Pós-Graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio. Membro da Comissão Avaliadora do Plano Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação.

Divulgação



CREOMAR DE SOUZA
Historiador de formação e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, é sócio-fundador da consultoria de análise de risco político Dharma Political Risk and Strategy.

Arquivo Pessoal



DORA KAUFMAN
Doutora em mídias digitais pela ECA-USP com período na Université Paris – Sorbonne IV. Autora de vários livros, entre eles A inteligência artificial irá suplantará a inteligência humana?

SUSTENTABILIDADE

Um ano de oportunidades à frente

CAROLINA GENIN

O Brasil está de volta. Com esta frase, em discurso na COP27, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou sua intenção de restabelecer o protagonismo e credibilidade do país no palco climático global, assim como atrair fundos internacionais para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Lula acertou em dizer que o combate à fome e ao aquecimento global são indissociáveis. No Brasil, o uso adequado da terra representa solução para os dois problemas e, portanto, oportunidades para quem investe.

Embora as negociações da COP27 tenham decepcionado em relação aos compromissos de financiamento por países ricos, nos debates, nos corredores e nas conversas bilaterais, o interesse pelo Brasil foi alto. Bons discursos, no entanto, não serão suficientes para atrair parceiros sérios e exigentes. As oportunidades que se abrirão demandam bons projetos, transparência e ancoragem em dados e métricas, seja para a gestão de riscos ou de reputação. O setor financeiro brasileiro precisa se familiarizar mais com essas métricas e com novos mercados, como o da restauração e o próprio mercado de carbono.

Ainda na COP27, foi muito positiva a presença de governadores da Amazônia Legal ressoando uma nova economia da floresta em pé e livre de desmatamento. Planos estaduais de bioeconomia e de restauração florestal começam a aparecer, como já fez o Pará, e podem alavancar a transição para um novo modelo econômico mais justo, competitivo e sustentável.

Strand et al (2018) relacionam a perda de florestas da Amazônia, por exemplo, à menor rentabilidade na agropecuária, particularmente de soja e na pecuária, e mostram que as áreas com maior valor agregado de serviços ecossistêmicos correspondem a 12% da área de remanescentes florestais. Portanto, recuperar áreas degradadas em grande escala, impulsionando novos negócios florestais em propriedades rurais com reserva legal, deve ser encarado cada vez mais como uma boa opção de negócio para o agricultor e de retorno e redução de risco para o investidor.

Bons discursos não serão suficientes para atrair parceiros sérios e exigentes. As oportunidades que se abrirão demandam bons projetos, transparência e ancoragem em dados e métricas.

Já fomentar uma bioeconomia que não se assenta nos ganhos de escala e monoculturas, mas na diversidade social e de produtos sustentáveis da floresta, exigirá novos arranjos financeiros. É preciso estruturar operações de valoração dos ativos naturais e dos serviços ecossistêmicos, de forma que os impactos à paisagem e aos povos tradicionais passem a compor as decisões. No Brasil o ambiental e o social não se separam, e o investidor interessado em ESG deve ficar atento a isso. 2023 será um ano importante para desenvolver e fomentar mecanismos adequados para essa nova economia – como *blended finance*, *green bonds*, fundos de impacto e outros arranjos de capital privado paciente – e por meio de fundos públicos nacionais e internacionais, fundos constitucionais, recursos direcionados (a exemplo da poupança rural e imobiliária) e linhas de crédito subsidiadas.

Já nas cidades, ganham relevância as soluções baseadas na natureza, uma abordagem inovadora para lidar com as mudanças climáticas, reduzir riscos de desastres e gerar segurança alimentar e hídrica. Deslizamentos de encostas, alagamentos e enchentes impactam de modo desproporcional as populações mais pobres e oneram a economia local. Infraestrutura natural, renaturalização de rios, corredores ecológicos e replantio de encostas são alguns exemplos de soluções que devem começar a chamar atenção de investidores. Ou seja, em 2023 procure opções de investimento ligadas à natureza que abunda do país e está em alta no mercado internacional.

MUNDO

Instabilidade e crises sistêmicas

CREOMAR DE SOUZA

Cooperação e conflito são o binômio-base para a reflexão sobre as Relações Internacionais como campo de estudo e de análise. Em vista disto, o debruçar sobre o desafio de compreender e traçar tendências para a conjuntura global em 2023 torna aquele que se propõe a pensar sobre cenários e riscos refém do dilema do especialista tão bem definido pelo cientista político Philip Tetlock. Mesmo que permeada de métrica e método, a arte de prever o futuro faz-se vítima inescapável do imponderável e suas sincronicidades. Tomando como exemplo o ocorrido em 2020, ano de explosão da pandemia da Covid-19, por mais que muitos elementos de construção de cenários trabalhassem hipoteticamente com os riscos pandêmicos, o efeito desglobalizante da Covid-19 e a onda de choque nas vidas cotidianas daí decorrentes se constituíam como verdadeiros pontos cegos na lógica preditiva.

Por consequência, num mix de registro das incapacidades do analista de prever com perfeita acurácia o futuro e de defesa prévia das eventuais críticas, se torna necessária a compreensão de que o retrato fornecido em dezembro de 2022 com um desenho de futuro em 2023 não é animador. Em primeiro plano, a permanência dos impactos da Covid-19 que se expressa em âmbitos locais e globais ainda assombra autoridades sanitárias e decisores políticos. Da política de Covid-Zero chinesa à incapacidade de governos latino-americanos de firmarem esquemas vacinais estruturados e disponibilizarem dados confiáveis sobre a evolução de casos, internações e óbitos, percebe-se à nível global uma dificuldade de avanço de agendas cooperativas em termos de saúde pública.

Como um efeito direto deste dilema que cruza dilemas históricos de organização de estruturas governativas com os impactos diretos de novos desafios internacionais, percebe-se que o alastramento da desconfiança das pessoas na capacidade dos governos de resolverem problemas comuns entra no mapa de riscos para o ano 2023. Da China ao Chile, do Irã aos Estados Unidos, encontram-se elementos comuns de questionamento das autoridades institucionais e de suas capacidades de operarem com qualidade as máquinas dos serviços públicos.

Se em outros tempos medidas repressivas se mostravam relativamente eficazes para atrapalhar e muitas vezes impossibilitar a divulgação dos arbítrios, a expansão do uso das redes sociais baseadas em internet e a conectividade instantânea da telefonia móvel permitiram a transformação de cidadãos em redes de *broadcasting*. Do acompanhamento de um blogueiro soldado na Ucrânia à manifestação de uma jovem iraniana que não aceita a obrigatoriedade do véu, essas redes globais de *broadcasting* se constituem também como uma rede neural de contestação da ordem que pode resultar em uma nova onda democrática, ou até mesmo num recrudescimento de regimes que mesmo fechados ainda possuem algum tipo de interação e intercâmbio com o sistema internacional.

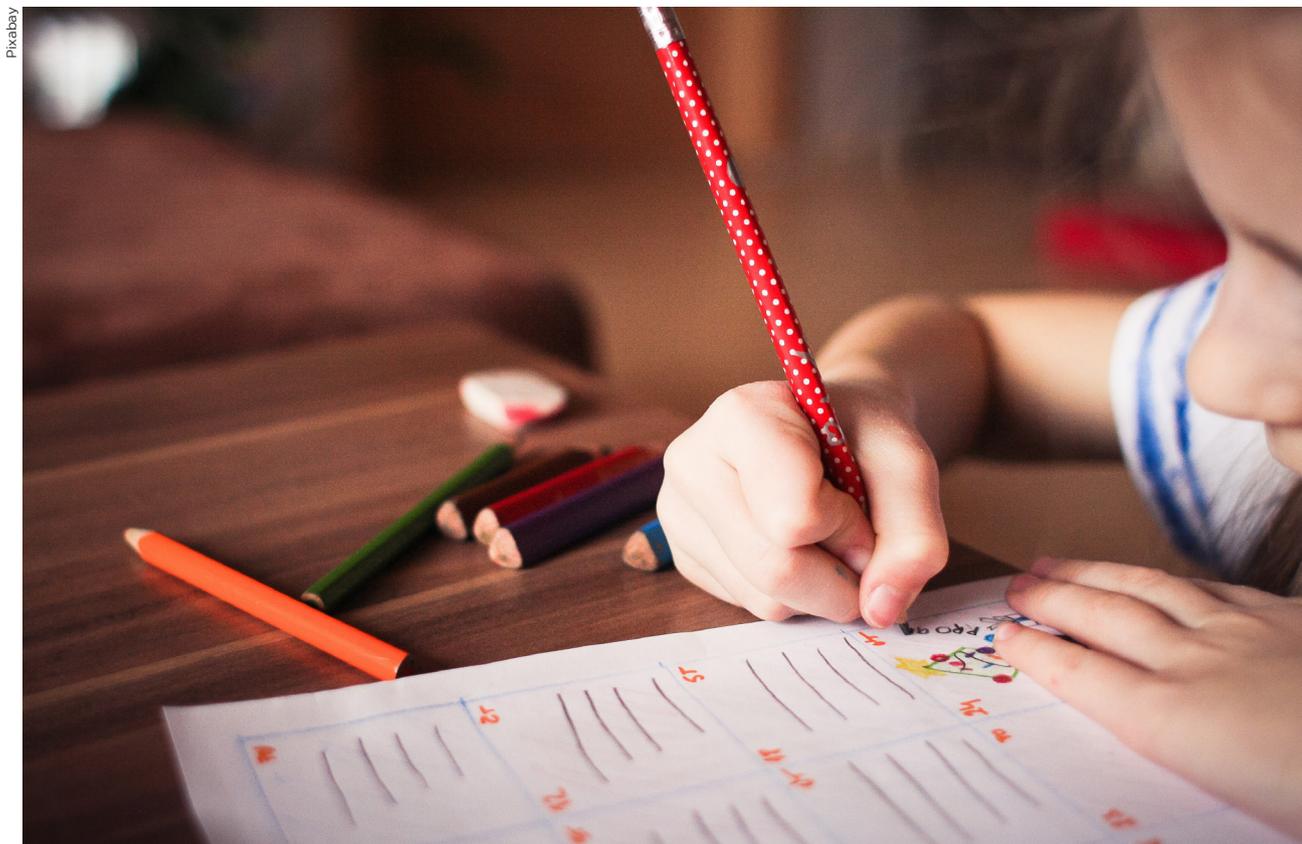
As interações sociais em nível individual, por sua vez, ao desafiarem a premissa estabelecida da superioridade ou monopólio dos Estados-nações nas relações internacionais, geram no horizonte a percepção de que o próximo ano será marcado por enorme instabilidade. Diante de um cenário de jogo de dois níveis, ao mesmo tempo que se engajam internacionalmente – seja de forma cooperativa ou de forma conflitiva –, atores estatais serão cada vez mais desafiados a atenderem demandas internas crescentemente mais robustas derivadas da interconectividade. Esta, por sua vez, ao vender o sonho idílico de que o mundo é uma aldeia global, ameaça interesses de consolidação de poder e conquista.

Diante de um cenário marcado pelo possível prolongamento da invasão da Ucrânia pela Rússia e de uma Europa espremida entre o idealismo kantiano e a necessidade de um pragmatismo relacional, observa-se no horizonte o surgimento de uma China mais centralista e personalista. De outro lado, as indefinições do futuro político e institucional dos Estados Unidos, ameaçados pelo desgaste das autoridades tradicionais e pela progressiva consolidação de uma extrema-direita, lançam áreas periféricas do globo na incerteza. Considerado esse quadro, países como o Brasil e regiões como a América Latina serão, portanto, testados em suas capacidades de compreenderem a exiguidade dos espaços de manobra e o risco de que uma nova crise econômica global lance a região em um panorama de instabilidade e desigualdade sistêmica ainda mais grave e severo. —

EDUCAÇÃO

Os rumos da educação brasileira em 2023

ANDERSON DIAS CEZAR



O processo educacional encontra desafios e possui falhas. Muitas vezes, não passa de um conjunto de elementos predispostos em livros ou enciclopédias e da memorização desses elementos. Muitas escolas mantêm uma postura enciclopedista, autoritária e individualista, que se inclina a tratar apenas o aluno padrão. Ela é incapaz de tratar bem os extremos: os excelentes alunos, por exemplo, que despontam com sua criatividade e inovação na solução de problemas, são tolhidos em uma espécie de “camisa de força” do sistema educacional.

Exemplificando, vou citar um exemplo ocorrido em meus 24 anos de magistério na educação básica pública brasileira: certa vez, tive contato com um

educando formidável em sua capacidade de raciocínio e aplicação lógico-matemática. Com naturalidade criava soluções lógicas e equações matemáticas para solucionar os problemas propostos, não seguindo absolutamente nada que está nos livros.

Para além da perplexidade quanto a sua capacidade, também havia a preocupação, tendo em vista que as atividades propostas em sala de aula estavam aquém de sua capacidade. O medo de desmotivá-lo era grande. Embora necessária uma solução, qual seria? Diante de vários desafios práticos, nada era aparentemente possível. A universidade ou qualquer espaço para se desenvolver estavam distantes, mas o que poderia ser feito? A recomendação da maioria era a mesma:

A sala de aula com um quadro branco são ferramentas insuficientes para essa educação que proponho. O acesso à internet, computadores, softwares e a tecnologias variadas que sirvam à aprendizagem precisa ser uma realidade na educação brasileira.

continuar os estudos, conforme todo o conteúdo enciclopédico dos livros, fazer o Enem e inscrever-se no Sisu para, enfim, ingressar em uma universidade e buscar um estágio em sua área de destaque. Nitidamente um caminho desestimulador. Muitas eram as variáveis fora de seu controle que poderiam tirá-lo, e o Sistema, vencê-lo.

Por outro lado, os alunos que estão na outra extremidade, e que por qualquer motivo possuem dificuldades de aprendizado, a educação brasileira também não oferece um adequado caminho. De fato, os vulgarmente chamados “defasados” representam outro enorme desafio para a educação brasileira.

Entender o que falhou, onde falhou e por que falhou no processo ensino-aprendizagem, para então traçar mecanismos de correção acompanhados e articulados, também é outro desafio que o Sistema não trata bem. Nos resta uma educação brasileira para os que fixam em um padrão mediano. Visivelmente isso reflete na sociedade em que vivemos, servindo como alimento a diversos de seus grandes problemas sociais e econômicos que há tempos nos afligem.

Mas enfim, que rumos deveríamos seguir? Proponho em quatro pontos:

Em primeiro lugar, substituir essa educação conteudista por uma educação flexível, reflexiva, analítica e trabalhando a solução de problemas. Esse modelo de educação exige respostas prontas, que não atendem a complexa e dinâmica sociedade. Costumo dizer que geralmente há mais de uma

solução para o mesmo problema, mas identificar o melhor caminho para seguir exige uma visão holística. Uma educação conteudista ditará sempre as mesmas respostas como solução dos mesmos problemas. O mundo mudou, e inúmeras variáveis se interligam e geram consequências distintas. Saber analisar essas variáveis e consequências precisa ser nosso rumo, e urge em nossa educação no Brasil.

O segundo ponto é que a educação brasileira costuma ser centralizada no professor. A educação contemporânea tem de ser coletiva, em que alunos e professores solucionam problemas. O professor é, nesse processo, um mediador, com o objetivo de contrapor-se e trazer a reflexão necessária para a solução do problema.

O terceiro, é que a educação brasileira precisa ser uma educação dialética com os problemas da sociedade. Dessa maneira, o indivíduo é cada vez mais competente na identificação de um problema, na solução e na proposta de soluções alternativas. Isso também passaria por uma nova “curricularização” dos conteúdos, que consolidasse uma educação baseada em questões temáticas importantes para a sociedade, fugindo do atual de divisão em disciplinas. Quase sempre a solução de problemas perpassa por várias áreas do saber, e soluções eficientes demandam esta forma de construção interdisciplinar.

O quarto e último ponto refere-se ao uso de tecnologias no processo educacional. A sala de aula com um quadro branco são ferramentas insuficientes para essa educação que proponho. O acesso à internet, computadores, *softwares* e a tecnologias variadas que sirvam à aprendizagem precisa ser uma realidade na educação brasileira.

A educação precisa abraçar a pluralidade de realidades dos educandos, bem como assegurar, em seu processo, a formação de conhecimentos que estejam presentes nos mais variados campos do saber. Dessa forma, parar de atacar a criatividade, bem como de desprezar a dificuldade. Em suma, o novo rumo da educação enseja uma realidade em que todos são tratados com valores, como a equidade, amor e dedicação, sem os quais não teremos sucesso na educação brasileira.

TECNOLOGIA

Separar o *hype* da realidade

DORA KAUFMAN

Para pensar sobre o futuro da inteligência artificial (IA) é importante contextualizar, começando por recapitular a evolução da tecnologia. Max Roser, pesquisador da Universidade de Oxford e fundador e editor do Our World in Data, em recente artigo traça uma linha do tempo dos principais marcos de inovação da IA¹. A primeira menção é ao Teseu, sistema construído por Claude Shannon em 1950, basicamente um mouse controlado remotamente capaz de sair de um labirinto e retomar seu percurso; sete décadas depois, os sistemas de IA estão executando tarefas tradicionalmente associadas à cognição humana.

Há apenas dez anos, nenhum sistema maquínico era capaz de reconhecer de forma confiável imagem e voz no nível ou acima do nível humano; hoje esses sistemas têm múltiplas aplicações, desde em setores críticos como a saúde (reconhecimento de imagem em tomografias e/ou radiografias entre outros) até em reconhecimento e categorização de fotos nos aplicativos. Em anos mais recentes, a IA evoluiu de sistemas circunscritos ao reconhecimento de imagem a sistemas produtores de imagens, surgiram soluções de IA de geração de textos a partir de outros textos, de geração de texto a partir de imagens, e de sistemas que interagem com os humanos em linguagem natural. A comunicação e a sociabilidade dos cidadãos do século XXI são mediadas pelos algoritmos de IA, são eles que estão na base dos modelos de negócio das plataformas e aplicativos digitais; a IA, igualmente, está transformando a fabricação e o consumo de produtos e serviços, além do acesso a conteúdos. Na esfera pública, observa-se uma migração da digitalização e automação de processos e serviços à governança de dados apoiada por IA.

É preciso evitar, no entanto, a supervalorização de sistemas que estão muito distantes da compreensão, raciocínio e emoções humanas; o *hype*, em geral, gera “bolhas” com efeitos negativos sobre a sociedade². São múltiplos os desafios éticos a serem enfrentados, como a discriminação ou viés e a opacidade da técnica de redes neurais profundas que permeia a maior par-

te das implementações atuais. No campo social, o maior impacto é sobre o trabalho, não só pelo deslocamento, função da automatização inteligente, como também pelas inéditas interfaces homem-máquina que requerem qualificação/requalificação.

No tema das mudanças climáticas e sustentabilidade, por exemplo, a inteligência artificial tem extraordinários benefícios, como indica o Manifesto de 23 cientistas de IA³, contudo, ao gerar esses benefícios, impacta negativamente o meio ambiente: a robustez dos sistemas de IA com o uso de quantidades cada vez maiores de dados, e a natureza da técnica de redes neurais profundas (demanda rodar os sistemas diversas vezes) tornam esses sistemas intensivos em energia, consequentemente, fortes emissores de CO₂⁴.

Em reação ao atual protagonismo da IA, emergem iniciativas regulatórias, entre elas, em paralelo ao debate público da proposta de regulamentação da Comissão Europeia⁵, destaca-se o Relatório Final da Comissão de Juristas do Senado Federal presidida pelo ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e com relatoria de Laura Schertel, entregue em 6 de dezembro último, com o propósito de subsidiar a elaboração do marco regulatório de inteligência artificial no Brasil. A expectativa é que o Senado Federal, ao longo de 2023, submeta o Relatório à ampla apreciação pública garantindo que o nosso marco regulatório proteja a sociedade sem desestimular o pleno desenvolvimento e uso da tecnologia.

¹ *The brief history of artificial intelligence: The world has changed fast – what might be next?*, em 6/12/2022, <https://ourworldindata.org/brief-history-of-ai>

² Coluna da autora na Época Negócios, 09/12/2022, <https://epocanegocios.globo.com/colunas/iagora/coluna/2022/12/hype-gera-bolhas-com-efeitos-negativos-sobre-a-sociedade.ghtml>

³ Tackling Climate Change With Machine Learning, 5/11/2019, disponível em: <https://dl.acm.org/doi/full/10.1145/3485128>

⁴ Coluna da autora na Época Negócios, 25/11/2022 <https://epocanegocios.globo.com/colunas/iagora/coluna/2022/11/paradoxo-a-ia-ajuda-o-clima-e-ao-fazer-isso-gera-co2.ghtml>.

⁵ 21/04/2021, em <https://artificialintelligenceact.eu/>



**Fórum do
Desenvolvimento**
ABDE | 2023

**NOVOS CONVIDADOS,
NOVOS DEBATES,
NOVAS IDÉIAS.**

Venha participar e construir
mais um capítulo dessa **história!**

www.forumdodesenvolvimento.com.br



Fotos: Pixabay

Contra o relógio

Com mortes precoces e menos nascimentos, a população brasileira deve começar a encolher no final da década de 2020, ampliando o desafio de superar mazelas; risco é perder o benefício do “bônus demográfico” sem que se tenha conseguido reduzir a desigualdade, melhorar a educação e eliminar a extrema pobreza. **POR CARMEN NERY**

O Brasil chegou a 207.750.291 habitantes, de acordo com a prévia da população dos municípios com base no Censo Demográfico 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no fim do ano. O dado foi calculado considerando os questionários do censo respondidos até o dia 25 de dezembro e utiliza o resultado prévio nos municípios onde a coleta já havia terminado e uma combinação de dados coletados com estimativas para os demais municípios.

Trata-se de uma diferença de mais de 7 milhões de habitantes em relação à estimativa populacional que o Instituto publicava em seu site, apontando mais de 215 milhões de habitantes. Mas isso não significa que a população já esteja encolhendo, e, sim, se deve ao fato de que as estimativas anuais eram realizadas com base no censo 2010 sem uma contagem no meio da década, como ocorre sempre cinco anos após a realização do censo. A pandemia também pode ter impactado.

De acordo com demógrafos, a pandemia pode ter acelerado uma redução populacional que estava prevista apenas para meados da década de 2030, nos cálculos da pesquisa-

dora Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Até o momento, foram contabilizadas cerca de 700 mil mortes pela pandemia da Covid-19. Com mortes precoces e menos nascimentos, a população vai começar a encolher, no final da década de 2020, ampliando o desafio de superar mazelas, como desigualdade e atraso escolar. O país estaria perdendo o benefício do bônus demográfico sem que tenha conseguido reduzir a desigualdade, melhorar a educação e eliminar a extrema pobreza. Para os especialistas, a única saída será o aumento de produtividade.

De acordo com reportagem de Cassia Almeida no Jornal *O Globo*, com base nas pesquisas de Ana Amélia, pelas estimativas anteriores, esse encolhimento só aconteceria na segunda metade da década de 2030. E essa população menor estará mais velha: um em cada quatro brasileiros terá 60 anos ou mais em 2040. A grande parcela de mão de obra jovem que marcou o Brasil durante as últimas décadas vai dimi-

nuir em todo o país, inclusive no Norte, a mais jovem das regiões. De acordo com a análise, daqui a 20 anos, não teremos conseguido erradicar a miséria, ter a totalidade dos adolescentes no ensino médio ou superior e seguiremos como um dos países mais desiguais do mundo.

Os dados do estudo em questão foram atualizados pela pesquisadora do Ipea. Eles apontam que, analisando-se nascimentos e óbitos, houve uma sobremortalidade. Entre 2019 e 2021, ocorreu um aumento de quase 400 mil mortos, saindo de cerca de 1,3 milhão, em 2019, para 1,8 milhão em 2021.

“Obviamente isso impacta no crescimento da população e na expectativa de vida com redução de 4,4 anos entre 2019 e maio de 2022, que, basicamente, representa os óbitos de Covid. O número de nascimentos, que já vinha reduzindo, teve a diminuição acelerada. Isso porque a Covid tem um impacto na taxa de mortalidade materna de mulheres de 15 a 49 anos, que ficou sete vezes mais alta durante a pandemia”, diz Ana Amélia Camarano.

Dados mais recentes do Observatório Obstétrico apontam para um aumento da mortalidade pela Covid-19 em gestantes e puérperas. Entre 2020 e 2021, observou-se um crescimento de 227% no número de gestantes e puérperas mortas pela doença. O levantamento feito pelo Observatório conclui que a principal causa dos óbitos maternos é a falta de acesso ao adequado tratamento contra o vírus, quando infectadas.

“Nas grávidas, o útero expande e comprime o pulmão, com um risco altíssimo de eclâmpse. Isso levou a um adiamento de gravidezes. Estávamos prevendo que a população começaria a diminuir na segunda metade de 2030, mas isso foi antecipado em meia década. Esperava-se que a população máxima seria 218 milhões, mas será de, no máximo, 215 milhões, que era a estimativa do IBGE superestimada para 2022”, analisa Ana Amélia Camarano.

Em seu trabalho recente, *Dinâmica Demográfica e Pandemia: como andar a população Brasileira?*, a pesquisadora destaca que as principais tendências já são bastante conhecidas: envelhecimento da população – a idosa e a em idade de trabalhar – e redução da população total e daquela em idade de trabalhar. No âmbito da família, proliferam as de filho único, novos arranjos familiares e uma participação maciça das mulheres nas atividades econômicas remuneradas. Essas tendências têm grande impacto nas demandas por políticas públicas, gerais e setoriais, bem como na oferta de força de trabalho e produtividade.

Para Ana Amélia, se não acelerarmos o investimento em educação e no combate à desigualdade, continuaremos com mazelas há muito superadas no mundo desenvolvido, tendo que aumentar recursos para saúde, já que teremos 26,5 milhões de pessoas com 70 anos ou mais em 2040.

“Desde 2000, a taxa de fecundidade está abaixo da reposi-



Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

ção, o que significa um período prolongado de diminuição da população. Nem que a taxa de fecundidade cresça para dez filhos por mulher, não haverá efeito positivo antes de 25 anos. Somente a partir de 2047, a população voltará a crescer, caso haja aumento de fecundidade. Além disso, a fecundidade é mais alta nas famílias de renda mais baixa. Isso é muito importante, especialmente agora com uma mudança de governo: é preciso investir muito na educação e na saúde dessas crianças, pois é o recurso humano que temos”, alerta Ana Amélia.

Ela ressalta que apesar de a mortalidade elevada do Covid ter se concentrado entre os idosos, essa é a população que mais crescerá. Os idosos de hoje são os nascidos nas décadas de 1950 e 1960, quando a fecundidade era muito alta, o chamado *baby boom*. Ela não acredita numa onda de otimismo que eleve a fecundidade após o fim da pandemia, como ocorreu no pós-guerra. Isso porque há a questão de gênero. Para a pesquisadora, políticas de aumento da fecundidade só tiveram efeito na Escandinávia devido à política de gênero. “Enquanto não houver uma política de gênero em que a mulher consiga conciliar trabalho com maternidade, a taxa de fecundidade não vai subir. O que deve haver é licença parental e uma política de cuidados”, defende Maria Amélia.

Para ela, não há tamanho de população bom ou ruim. A pesquisadora também não acredita em >

“bônus demográfico”, porque, se há bônus, também haveria ônus. Ela entende que a finalidade de qualquer política pública é beneficiar a população, seja de que faixa etária for. Logo após o *baby boom* surgiram políticas de planejamento familiar, redução da fecundidade, como na China.

“A fecundidade começou a declinar, passou a crescer mais a população em idade ativa, o que significava bônus. Agora são os idosos que crescem mais, então é ônus. Não podemos ficar abrindo e fechando a torneira. A população que continuará crescendo será a idosa, os *baby boomers* se transformando nos *old boomers*. E essa população está sobrevivendo porque se reduziu a mortalidade infantil. A consequência disso para o mercado de trabalho é que a partir da década de 2030 a população que mais vai crescer é a de 45 anos ou mais, uma mão de obra mais velha. Mas, para que eles entrem no mercado de trabalho, é preciso reduzir o preconceito. E para isso são necessárias políticas de capacitação e de saúde ocupacional, porque algumas atividades levam a doenças ocupacionais e estresse”, recomenda Ana Amélia.

A pesquisadora defende uma abordagem mais holística. Por um lado, é preciso investir nesse grupo de idosos e nas crianças de famílias de baixa renda, ou não vamos ter jovens. Estão nascendo poucas crianças, estão morrendo muitos jovens de homicídios, doenças. “É preciso cuidar da educação e da saúde dos

jovens, da capacitação dos velhos, que também são produtivos, e cuidar da violência urbana para que não se dizime a juventude. Já temos poucos jovens e ainda deixamos eles morrerem”, resume a pesquisadora.

EVOLUÇÃO

Com mão de obra menor, ela precisa ser altamente qualificada e ter investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico, para aumentar a produtividade, como forma de compensar. No livro *Demografia e Economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI*, publicado em maio de 2022, José Eustáquio Diniz Alvez, pesquisador aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), mostra uma visão mais otimista após ter analisado a evolução da expectativa de vida nesses dois séculos.

Para ele, apesar do envelhecimento da população, esse segmento continua produtivo, o que representaria um terceiro bônus demográfico. A pandemia da Covid-19 aumentou as taxas de mortalidade no mundo e diminuiu a expectativa de vida da maioria dos países da comunidade internacional. Mas a retomada do aumento do tempo médio de vida já começou, como mostrado nas novas projeções populacionais da Divisão de População da ONU, divulgadas em julho.

“De acordo com as projeções da ONU, a população brasileira vai começar a diminuir em 2047. A popu-



A população idosa é a que mais cresce e o Brasil deve se tornar um país idoso no início dos anos 2030.

lação vai chegar a cerca de 230 milhões de habitantes e na segunda metade do século 21 vai diminuir para 185 milhões, perdendo 45 milhões de habitantes, devido à transição demográfica. A fecundidade no Brasil era muito alta, mas a transição demográfica reduz as taxas de fecundidade e de mortalidade num longo prazo. A queda da mortalidade no Brasil começou no século XIX e acelerou depois da segunda Guerra Mundial. A taxa de fecundidade começou a cair entre 1965 e 1970 e também acelerou com a entrada da mulher no mercado de trabalho e aumento no padrão de consumo. Antes, as mulheres se realizavam tendo filhos, hoje elas querem ter uma carreira, viajar, e isso é incompatível com a fecundidade alta”, analisa Alvez.

Ele observa que quando começa a transição demográfica há uma alteração na estrutura etária. Quando a fecundidade começa a cair, a base da pirâmide passa a se estreitar e nas décadas seguintes aumenta o meio da pirâmide (pessoas em idade de trabalhar), um gás que a demografia dá para a economia se desenvolver. Passa a haver muita gente em idade de trabalhar e pouca gente dependente, porque diminuiu a quantidade de crianças e ainda não aumentou a de idosos.

“Esse é o primeiro bônus demográfico que funcionou de 1970 e vai até 2040 no limite. Todo país que se desenvolveu passou pelo bônus demográfico. Nenhum país com mortalidade infantil alta tem desenvolvimento. O Brasil reduziu muito a mortalidade infantil, que era de 43% no século XIX, hoje é em torno de 1%. Mas quando as famílias deixam de ter filhos, a base da pirâmide estreita e depois de seis décadas o topo engorda, esse é o envelhecimento populacional que reduz a quantidade de pessoas no meio, terminando o bônus demográfico”, explica o demógrafo da Ence.

Ele diz que quando se tem um índice de envelhecimento de 100 significa que há a mesma quantidade de idosos acima de 60 anos que população de 0 a 15 anos. O Brasil vai se tornar um país idoso no início dos anos 2030. Mas analisando-se grupos de 0 a 19, 20 a 39, 40 a 59, e os 60 ou mais, quando o grupo 60 ou mais torna-se maior que os outros, significa que a população está totalmente envelhecida. “No Brasil, isso vai ocorrer em 2050. Dependendo do indicador, o Brasil vai ser envelhecido a partir de 2030 ou de 2050. Mas o certo é que o país terá um dos mais profundos envelhecimentos”, estima Alvez.

Ele destaca que o primeiro bônus demográfico é a oportunidade de o país dar um salto no desenvolvimento, mas ele é temporário. Com o envelhecimento, haverá menos gente em idade de trabalhar para mais gente idosa. A única forma de fechar essa conta é aumentar a produtividade das pessoas que estiverem trabalhando, por meio de investimentos em educação e ciência e tecnologia, para que elas gerem mais produtos com menos gente, no que seria o segundo bônus

Todo país que se desenvolveu passou pelo bônus demográfico. Nenhum país com mortalidade infantil alta tem desenvolvimento. O Brasil reduziu muito a mortalidade infantil, que era de 43% no século XIX, hoje é em torno de 1%. Mas quando as famílias deixam de ter filhos, a base da pirâmide estreita e depois o topo engorda, reduzindo a quantidade de pessoas no meio, terminando o “bônus”.

José Eustáquio Diniz Alvez

demográfico. “Depois, muitos idosos podem continuar trabalhando e contribuindo para a sociedade, o que seria o terceiro bônus demográfico: envelhecimento saudável e ativo”, analisa Alvez.

TENDÊNCIA GLOBAL

Para Nelmara Arbex, sócia-líder de ESG Advisory da KPMG no Brasil, o envelhecimento não é um problema novo, já foi experimentado pela Europa, onde os modelos de eficiência foram cada vez mais importantes para o desenvolvimento e o bem-estar da população. Isso é relevante especialmente considerando-se que o continente teve a economia destruída entre as décadas de 1940 e 1950. “Um dos grandes méritos da Europa é ter reconstruído sua economia e, diferentemente do que muitos pensam, os investimentos externos foram conseguidos a duras penas”, diz Nelmara.

O exemplo da Europa mostra que não é impossível superar grandes desafios, como a reconstrução de um continente dizimado pela guerra, e alcançar um Estado de bem-estar social; ou, no caso do Brasil, superar a desigualdade e a miséria. Para Nelmara, o conceito principal é o Estado assumir que há uma parte da população que vai precisar de ajuda e o país não quer que essa parte fique excluída socialmente.



O nível de urbanização do mundo hoje é de 57% e vai chegar a 68% em 2050. No Brasil, esse percentual já ultrapassa os 80%. É preciso investir em mobilidade, habitação e políticas de sustentabilidade, como o acesso a saneamento.

“Há uma grande discussão sobre como garantir qualidade de vida numa sociedade que envelhece. Os óbitos de Covid tiveram um peso importante nas pessoas acima de 60 anos, mas a tendência de envelhecimento da população é global. O Brasil e outros países em desenvolvimento estão indo para o patamar de estabilização e a China recuou do patamar porque a política de um filho por família também traz desafios”, diz Nelmara.

Ela destaca que, pensando no futuro sustentável, é preciso ver como as empresas podem contribuir com a redução das emissões e a economia circular e como garantir qualidade de vida com uma população que envelhece e vai precisar lidar com as mudanças climáticas. “Isso vai trazer seca, enchentes, provocar mudanças na gestão da água e da agricultura. Além da inclusão dos excluídos, precisaremos pensar na capacitação para as novas profissões para quem já tem profissão, especialmente em novas tecnologias, para que continuemos produtivos”, recomenda Nelmara.

Elias de Souza, líder de governo e serviços públicos da Deloitte, é especialista em cidades inteligentes e urbanismo e diz que ainda discutimos os níveis de urbanização com base nos anos 1950. O nível de urbanização do mundo hoje é de 57%, em 2050 vai chegar a 68%.

“Só que a realidade brasileira é totalmente diferente. Estamos hoje num nível de urbanização de 81%. A consequência disso é a falta de emprego, ausência de serviços públicos, aumento de população vulnerável. A maior parte das cidades tem problemas de mobilidade, e há ainda a questão do clima. Produzimos uma quantidade de lixo que representa 42% do que se produz na América Latina e isso

tem um efeito. É uma sequência de fatores prejudiciais. Precisamos de uma educação de curto prazo que permita às pessoas se empregarem, habitações a preços acessíveis para reduzir o déficit, ampliar o acesso à água e ao saneamento, criar políticas de saúde e projetos que gerem emprego. São várias ações concretas ao mesmo tempo. Não há uma única solução. E é necessária uma ação integrada das três esferas de governo”, elenca Souza.

Para ele, cidade inteligente não requer apenas tecnologias. Comunidades e favelas também têm soluções de cidades inteligentes. Mas é preciso dar condições de vida levando saneamento e recolhimento de lixo. “É preciso revitalizar a comunidade”, recomenda.

Em relação à demografia, ele também considera que teremos um país mais maduro, porém com idosos produtivos. Em 2040 a maior parte da população terá mais de 45 anos. “O Brasil não é mais um país jovem. Mas também não é um país de velhinhos, e sim de uma população que melhorou as condições de saneamento básico, mudou os hábitos e melhorou os níveis de educação. Por isso tem esse contingente de maduros que sobreviveram. As pessoas vão viver até mais de 80 anos e muitas estão na ativa. Não são mais velhinhos de bengala. O que precisamos é dar emprego para essas pessoas”, resume Souza.

ATUALIZAR AS TEORIAS

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo diz que as sociedades que vão envelhecendo vão encolhendo, mas deve-se considerar as tendências à luz da economia capitalista. Ele cita as ideias malthusianas segundo as quais a população cres-

ceria em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos, em progressão aritmética, havendo um descompasso entre elas. Belluzzo observa que a Revolução Industrial alterou o *modus* de produção e introduziu o sistema de máquinas, aumentando a produtividade e reduzindo a presença do trabalhador.

“Nos últimos anos, o avanço tecnológico acelerou, reduzindo a demanda de trabalhadores. Hoje ocorre ainda a industrialização dos serviços e da agricultura. Esses três setores empregam cada vez menos pessoas, que precisam buscar outras atividades, como o trabalho precário das plataformas. É um trabalho diferente do operário que fica oito horas na fábrica. O avanço tecnológico reduz o tempo de trabalho e aumenta o tempo livre, o que seria muito bom, não fossem as condições em que isso ocorre. Estamos diante de um problema muito sério que exige uma revisão rigorosa e apurada de como o sistema funciona. Não adianta ficarmos com as teorias do século XIX que pregavam que a economia tenderia sempre ao equilíbrio e os trabalhadores teriam impulso para produzir para o outro. Só que isso não ocorre”, analisa Belluzzo.

O sistema gera uma grande desocupação e como não há no Brasil um Estado de bem-estar social que dê assistência e benefícios a essa força de trabalho, cria-se uma legião de verdadeiros desocupados, pois contratualmente o trabalhador que foi expulso do sistema de produção em princípio não tem nenhum direito, fica entregue a ele mesmo e tenta se proteger na informalidade.

“No mundo inteiro há um debate sobre a renda básica cidadã, como o auxílio emergencial. Mas não basta dar o dinheiro, mas também a dignidade de trabalhar com os outros, senão a pessoa se sente como alguém que recebe um benefício e não está integrada na sociedade. É preciso separar orçamento de capital (de investimentos) do orçamento corrente. O orçamento de capital teria um caráter anticíclico para o Estado entrar quando a economia estivesse trepidando, a exemplo do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Estou sugerindo que o próximo PSI inclua educação e saúde. E fazer com que as pessoas que estão recebendo auxílio recebam também capacitação”, recomenda Belluzzo.

Ele também recomenda um novo olhar para a segurança pública e educação em tempo integral. A digitalização da economia vai exigir muito treinamento. Outra dimensão a ser cuidada é a do meio ambiente, e serão necessários programas que incluam a transição energética. Mas ele acredita que não é preciso fazer transição energética importando painéis solares da China, pois o país tem condições e escala para produzir. O hidrogênio verde é algo que o Brasil pode produzir em larga escala e distribuir para o mundo todo. “Precisamos acreditar que dá para fazer e temos oportunidades”, conclui.





Freepik

O futuro é verde

COP 27 debate os desafios para o financiamento das mudanças climáticas; ABDE participa do evento e reafirma a importância do Sistema Nacional de Fomento no financiamento de uma nova economia. **POR VITÓRIA LUNA***

Em novembro, aconteceu a 27ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, popularmente conhecida como COP 27, em Sharm El Sheikh, no Egito, que reuniu diversas nações em prol de um objetivo: discutir as mudanças climáticas que vêm ocorrendo por todo o mundo. O evento é o principal fórum de discussões global sobre o assunto, e aconteceu entre os dias 6 e 18 de novembro. Na edição de 2022, foi apresentado o novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que analisa as vulnerabilidades de cada país e destaca os efeitos das mudanças climáticas no planeta. A partir desse documento, as nações se unem e debatem a capacidade de se adequar ao novo cenário.

A cada dia que passa é mais notável perceber a mudança

ocorrer diante dos olhos. Na última década, eventos relacionados ao clima provocaram o deslocamento estimado de, em média, 23,1 milhões de pessoas por ano, deixando muitos mais vulneráveis à pobreza. A maioria dos refugiados vem de países que estão menos preparados para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. Algumas nações, juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), vêm se dedicando ao enfrentamento desse desafio, gerando alguns paliativos, e futuras saídas para desastres naturais em eminência.

*estagiária, sob a supervisão da Redação.

As transformações a longo prazo no clima também já fazem parte da realidade brasileira. Dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) apontam que cerca de 50 mil desastres naturais ocorreram no Brasil, principalmente de origem climática, entre os anos de 2013 e 2022. O levantamento indica que esses desastres impactaram cerca de 340 milhões de pessoas. Apenas no ano de 2022, 457 mortes ocorreram decorrentes de chuvas, tornando este o ano mais letal da história recente.

Essas e outras questões foram temas de debates durante a conferência, que teve a participação da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) em suas duas semanas. A presidente da ABDE e do Badesul, Jeanette Lontra, viajou ao Egito a convite do Sebrae. Em sua primeira agenda oficial, ela participou do painel “Bioeconomia na Amazônia: o papel do setor privado”. O debate girou em torno das formas como as instituições financeiras podem impulsionar a economia na região amazônica com o agravamento das mudanças climáticas, e como o setor privado pode liderar esta transição para uma economia verde, além dos riscos e oportunidades que devem ser mapeados desde o início.

“Vamos trabalhar em uma agenda concreta, com foco na definição de conceitos, na inovação, mitigação de riscos e na assistência técnica voltada para atividades da bioeconomia. Nosso desejo é contribuir para o crescimento e reconhecimento dessa atividade como uma alternativa sustentável à geração de emprego e renda na região, com isso, conseguiremos combinar crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social”, disse Jeanette.

Ela destacou o lançamento do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, documento que traz o direcionamento adotado pelo Sistema Nacional de Fomento (SNF) para apoiar no financiamento da Agenda 2030, auxiliando o país para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU. O documento sistematiza as ações a serem desenvolvidas por meio de cinco missões, dentre as quais a promoção de um ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia.

“O protagonismo dessa agenda sustentável para o SNF está refletido no Plano ABDE 2030. A promoção da bioeconomia protagoniza uma das cinco missões capazes de potencializar nossa contribuição para o cumprimento da Agenda 2030 no Brasil. Para isso, é necessário superar alguns desafios identificados no Plano: a redução dos custos para P&D, a comunicação efetiva de custos e benefícios dos projetos e o aprimoramento do ambiente de negócios”, listou a presidente.

Participaram também do debate a diretora de clima do World Resources Institute (WRI Brasil), Carolina Genin (ler artigo na pg. 6); a presidente do Conselho Empresarial

Brasileiro para o Desenvolvimento (CEBDS), Marina Grossi; a CEO e diretora de operações do Manioca, Joana Martins; e a vice-presidente executiva de Sustentabilidade da Vale, Malu Paiva.

O crescimento do investimento verde ao redor da floresta é considerado de suma importância para a preservação da mesma. A utilização de mão de obra local e o crescimento de negócios que apoiem a floresta, não apenas a explorem, são o caminho para mantê-la em pé. Embora ainda haja ações exploratórias, já existem cidades que investem na economia verde. “O setor privado pode mudar isso, mudando o ambiente urbano, criando espaço para que haja pequenos negócios que estejam abertos à floresta e ao que ela traz. Hoje, desenvolvemos pesquisas que mostram que existem cidades que vivem baseadas na floresta e não apenas no seu uso e exploração”, pontuou Carolina Genin.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Na mesa “Financiamento Climático: o papel dos bancos de fomento”, a presidente da ABDE foi moderadora e abriu o debate sobre o papel do Sistema Nacional de Fomento (SNF) para o desenvolvimento da infraestrutura verde no país. “A ABDE tem buscado mobilizar as instituições do Sistema no sentido de viabilizar novas oportunidades e mecanismos de fomento, e financiamento a projetos sustentáveis na região da Amazônia Legal”, comentou Jeanette.

O painel contou também com a presença da chefe de divisão de operações na América Latina e Caribe do Banco Europeu de Investimentos (BEI), Kristin Lang; Felipe Ortega, chefe de divisão de Bioeconomia do Banco Europeu de Investimentos (BEI); Tatiana Schor, líder da área de Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e Júlio Costa Leite, superintendente da Área de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES.

O evento foi realizado no Hub do Consórcio da Amazônia, prestigiado espaço destinado aos debates sobre a preservação da floresta na COP. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal é formado pelos nove estados amazônicos: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Seu principal objetivo é acelerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal de forma integrada e cooperativa, considerando as oportunidades e os desafios regionais.

Os palestrantes afirmaram o papel das instituições de fomento, como essenciais para o desenvolvimento da região. “O BID tem hoje três fundos focados na »

Amazônia, que articulam essa possibilidade de apoiar o desenvolvimento dos estados”, pontuou Tatiana Schor.

“No BNDES, a sustentabilidade está colocada como eixo principal para nossa atuação. Todas as áreas do banco, seja de capitais, de risco, de infraestrutura ou social, têm que observar a questão da sustentabilidade em todos os produtos que lançam e apoiam”, completou Júlio Leite.

Em dezembro de 2021, o Sistema Nacional de Fomento (SNF) totalizou R\$ 109,5 bilhões para a Região Norte. A carteira total do SNF na região cresceu aproximadamente 40% durante a crise da Covid-19. Relacionado ao financiamento dos municípios da região da Amazônia Legal, o SNF alcançou R\$ 1 bi em 2021, o que representou 20% do total financiado pelo Sistema para municípios no ano.

No encerramento do painel, a ABDE firmou um acordo com o Consórcio Interestadual Amazônia Legal com o objetivo de promover atividades e projetos de cooperação entre as duas instituições (ver mais no boxe). O governador do Pará, Helder Barbalho, e a coordenadora residente do Sistema ONU no Brasil, Silvia Rucks, participaram da assinatura.

LIÇÕES INTERNACIONAIS

Na primeira semana do evento, a gerente de Sustentabilidade e Economia da ABDE, Bruna Araújo, participou de painel sobre “Taxonomia em Finanças ASG:

lições internacionais e caminhos para o Brasil”, organizado pela consultoria Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS). Foi apresentado um estudo sobre taxonomias verde/social para o Brasil.

A taxonomia é a classificação de atividades econômicas quanto aos seus impactos ambientais e sociais. Foram apresentados não apenas impactos positivos, mas também os negativos, que devem ter seus incentivos cortados, para o bem climático global. O estudo apresenta dez recomendações para a elaboração de uma taxonomia verde para o país, pairando sobre os objetivos ambientais e sociais, como abordá-los, priorizá-los e aplicá-los nas atividades econômicas do país.

A gerente da ABDE comentou sobre o papel da Associação nesse tema, e dos princípios da instituição e de suas associadas. “Temos um trabalho importante sendo desenvolvido junto com parceiros, que é uma metodologia de alinhamento do Sistema Nacional de Fomento (SNF) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nós utilizamos muito essa linguagem porque entendemos que é uma via que se adequa ao mandato dessas instituições; basta pensar nos ODS e ver que suas finalidades são as mesmas das instituições que compõem o SNF”, disse ela, que lembrou também a parceria com o Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em diversas frentes para conectar ainda mais as Instituições Financeiras de Desenvolvimento aos ODS.



Freepik

A diretora executiva da SIS, Sandra Guzmán, falou sobre o setor financeiro e sua relação com a economia verde. “Há 20 anos, as regras do setor financeiro eram claras. Só de pensar em mudar, já falavam ‘não vai acontecer’, embora ele seja o principal causador do problema. Mas, muitas organizações

lutaram para que essas instituições financeiras tivessem um papel diferente no quesito clima”. Para ela, a importância da presença dessas instituições na causa é também um quesito estratégico. “Quem mais sabe onde está o dinheiro?”, questionou.

ALIANÇAS PARA A AMAZÔNIA

Durante a COP 27, a presidente da ABDE, Jeanette Lontra, assinou um acordo com o Consórcio Interestadual Amazônia Legal, representado no ato pelo governador do Pará, Helder Barbalho. O memorando tem duração de 24 meses e prevê, entre outras ações, a realização de seminários, eventos e reuniões técnicas; a produção de estudos e pesquisas; a construção de projetos especiais para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável; além de capacitações e treinamentos.

“A ABDE tem buscado mobilizar as instituições do Sistema Nacional de Fomento no sentido de viabilizar novas oportunidades e mecanismos de fomento e financiamento a projetos sustentáveis na região da Amazônia Legal. Precisamos reconhecer a *expertise* das instituições de fomento e fortalecer cada vez mais uma atuação coordenada desse sistema para que o seu impacto no desenvolvimento da Amazônia Legal seja ainda mais transformador”, discursou a presidente.

A iniciativa se soma a outras ações realizadas pela ABDE, junto a parceiros, na contribuição para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Um ano antes, durante a COP 26, em 2021, a Associação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançaram a Aliança para o Financiamento da Amazônia, durante o painel “Making Finance work for Climate Finance in Amazon: the Role of Development Banks”, organizado pela ABDE e pelo ICLEI na conferência.

A Aliança para o Financiamento da Amazônia tem o objetivo de coordenar as instituições financeiras de desenvolvimento que operam na região. A agenda de trabalho também inclui a discussão sobre um papel mais forte dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento na promoção de uma economia mais verde e sustentável, identificando lacunas, riscos e oportunidades para sua atuação no território.

Em seu primeiro ano, a Aliança mapeou desafios comuns, que possam ter soluções compartilhadas que bene-

ficiem os diferentes tipos de instituições do SNF atuando na região; e agora parte para implementar uma agenda concreta para cada eixo estratégico da Aliança, como a infraestrutura sustentável. Um dos desafios centrais desse momento é a atração e mobilização de recursos para ampliar o fomento e o financiamento a projetos sustentáveis, que possam estimular cadeias produtivas sustentáveis, rumo a um novo modelo de desenvolvimento.

“Conhecemos a complexidade da região, todavia, o desafio não é maior que o desejo de contribuir para uma Amazônia Legal desenvolvida, gerando renda e emprego com a floresta em pé, desenvolvendo sua infraestrutura verde, e com cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas. A ABDE espera que a Aliança e a parceria entre a Associação e o Consórcio nos ajudem a aumentar ainda mais o aporte do SNF para a Agenda 2030 na região”, declarou Jeanette.



Divulgação/Consórcio Amazônia

O Sistema Nacional de da Implementação

A 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27), realizada em Sharm el-Sheik, no Egito, busca acelerar a implementação de ações de mitigação da emissão gases de efeito estufa e de estratégias de resiliência climática para povos vulneráveis. No entanto, os avanços percebidos na conferência não são suficientes para o cumprimento da meta de limitar o aquecimento global a uma taxa de 1,5° C. As maiores economias mundiais, que são as principais responsáveis pelos níveis atuais de CO₂ na atmosfera, novamente se mostraram hesitantes em estabelecer os compromissos climáticos para frear o aumento da temperatura global.

No campo do apoio financeiro para mitigação e adaptação, a criação de um fundo de perdas e danos acordada pelas nações desenvolvidas na COP27 é um grande marco para a cooperação entre os países. Apesar disso, os recursos mobilizados para responder à emergência climática são insuficientes, enfatizando a importância da atuação conjunta entre governos, sociedade civil e de instituições de financiamento ao desenvolvimento.

Em meio a muitas discussões, o Brasil conseguiu se destacar na COP 27 com uma presença importante de comitativas de estados e cidades. A participação mais ativa do país nos debates sobre o futuro do planeta pode nos posicionar como líderes na transformação de acordos em ações, especialmente se avançarmos na redução do desmatamento e conservação da Amazônia. A contribuição de países como o Brasil, que tem um olhar integrado sobre o desenvolvimento sustentável, ressaltando que questões ambientais são indissociáveis das sociais e econômicas, é fundamental para que os acordos firmados nessas instâncias de cooperação reflitam, de fato, a realidade de países de baixa e média renda. Essa concentração de atores e acordos tem um desdobramento imediato, sentido já na COP27: instituições financeiras de desenvolvimento serão chamadas a contribuir cada vez mais para viabilizar oportunidades e projetos sustentáveis de adaptação e mitigação de efeitos das mudanças climáticas.

A necessidade de ações contundentes é algo que move as instituições do Sistema Nacional de Fomento

(SNF), como braço executor de políticas públicas que é. Essas instituições trouxeram para o palco da COP27 iniciativas fundamentais que podem dar tração às mudanças necessárias. No Hub Amazônia Legal, espaço de articulação dos estados da região, os avanços da iniciativa “Aliança pelo Financiamento da Amazônia” da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram apresentados. Lançada na COP26, a iniciativa fortalece a coordenação entre os financiadores da região, potencializando ações e criando soluções conjuntas para entraves compartilhados por todos em setores/segmentos estratégicos, a exemplo de infraestrutura e ciência, tecnologia e inovação. Espera-se promover o desenvolvimento sustentável com instrumentos adequados à realidade local a partir da liderança e coordenação de instituições de fomento.

Um dos temas trazidos pela Aliança na COP27 foi a bioeconomia, dada sua relevância para uma transição justa para uma economia de baixo carbono. A ABDE reforçou a urgência do financiamento de processos produtivos de diversificação econômica que mantenham a floresta em pé e beneficiem a população local. Para isso, o SNF propôs a missão “Ecossistema de Inovação em Bioeconomia e para a Amazônia” em seu Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, documento norteador da atuação do sistema na agenda da sustentabilidade. O SNF pode alavancar o papel do setor privado em atividades econômicas baseadas na utilização sustentável e inovadora de recursos biológicos renováveis a partir dessa missão, principalmente ao contribuir para a redução dos custos para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e pelo apoio ao aprimoramento do ambiente de negócios.

Instituições do SNF estiveram no centro das discussões sobre estratégias de descarbonização da economia por meio do crédito de carbono, sobretudo focadas em superar os desafios de desenvolvimento da estrutura desse mercado, como é o caso da percepção de riscos do setor privado. A criação de um mercado de créditos de carbono que possam ser negociados internacionalmente tem altíssimo potencial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e impulsionar a transição sustentável. Além disso, pode estimular a criação de alternativas de financiamento

Fomento na COP

para investimentos de impacto relevantes para o cumprimento das metas do Acordo de Paris e da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Ainda no âmbito do SNF, o BNDES assumiu o compromisso de se tornar carbono zero até 2050, sendo o primeiro banco de desenvolvimento no mundo a se comprometer com a neutralidade climática em todas as suas operações. O banco anunciou na conferência o programa de aquisição de créditos de carbono para estimular a adoção de processos produtivos mais eficientes e menos poluentes, reafirmando seu engajamento na remoção dos gases de efeito estufa nas atividades econômicas e com o desenvolvimento do mercado de carbono no país. Entre outras medidas, anunciou que irá dobrar os recursos para o crédito ASG (sigla para Ambiental, Social e Governança) para empresas que implementarem melhorias socioambientais e de governança. Outra participação de destaque foi a do Banco do Brasil, que anunciou uma captação de recursos com o banco de desenvolvimento alemão KfW para projetos que envolvam medidas de conservação ambiental, reflorestamento e restauração de áreas degradadas no setor agropecuário para a conservação florestal. O SNF também foi representado pela ABDE na discussão sobre o desenvolvimento de uma taxonomia verde e sustentável nacional, tema crucial para estimular a alocação de recursos para o financiamento climático, ao dar mais transparência e permitir o monitoramento e reporte das operações.

O anúncio de reestruturação do Fundo Amazônia em cooperação com a Noruega foi outro grande destaque da COP27. O Fundo Amazônia é o modelo de mecanismo global para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, entre outros projetos, e estava inativo desde 2019. Por ser gerido pelo BNDES, que também é responsável pela captação de recursos, contratação e acompanhamento das atividades apoiadas, essa é mais uma manifestação da capacidade do SNF para a redução das emissões de gases de efeito estufa que ganha fôlego com as novas tratativas.

Na COP da implementação, em que os países avançam na definição de instrumentos para a compensação das perdas e danos, é imprescindível continuar impul-

sionando soluções para a emergência climática. São muitos os exemplos que demonstram a capacidade e o engajamento do SNF na agenda sustentável. O seu potencial como vetor de mudanças fica evidente por meio dos avanços reportados durante a conferência e do comprometimento em diversas frentes de futuro. Cabe reconhecer, no entanto, que transformar esse potencial em ação depende da definição de objetivos claros e da atribuição de papéis para essas instituições como atores-chave para execução de políticas sustentáveis em planos nacionais e subnacionais integrados e coordenados.

Ademais, que as missões de desenvolvimento sustentável sejam fortalecidas por meio do SNF, assim como o *fundring* para os investimentos necessários. A participação brasileira na COP27 é motivo de otimismo ao indicar que o país, por meio de sua participação em nível federal e subnacional, parece ter compreendido a importância de se pavimentar esse caminho. O momento é de agir para a concretização do compromisso do Brasil no desenvolvimento sustentável e o Sistema Nacional de Fomento está equipado de competências para contribuir com a sua realização. —

Divulgação



BRUNA ARAÚJO

Economista e Gerente de Sustentabilidade e Economia da ABDE

Divulgação



KESIA BRAGA

Economista e Analista de Sustentabilidade e Economia da ABDE



DESEMBOLSOS DO BB PARA SAFRA SUPERAM OS R\$ 100 BILHÕES

O Banco do Brasil registrou crescimento de 31% nos desembolsos para a safra 2022/2023, na comparação com o ano anterior. No espaço de 110 dias úteis da atual temporada, foram financiados mais de R\$ 100 bilhões junto aos produtores rurais de todo o país, volume recorde já desempenhado pelo banco.

Ao todo, o BB contratou mais de 330 mil operações em 4,9 mil municípios em todas as regiões do país, desde o início do atual Plano Safra, em julho. Os financiamentos contratados com os médios produtores, por meio do Pronamp, e agricultores familiares, com o Pronaf, representam 73% do total de operações. Além disso, o banco realizou treinamentos para mais de 6,5 mil agricultores familiares, com foco nas vocações dos municípios.

BDMG É AUTORIZADO A CAPTAR R\$ 1 BI COM O BANCO DOS BRICS

A Secretaria do Tesouro Nacional aprovou a captação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido no Brasil como o “Banco dos Brics”, no valor de USD 200 milhões, ou R\$ 1 bilhão. O volume será a maior captação da história do banco mineiro.

Segundo o Comitê de Financiamentos Externos (Cofix), o BDMG foi autorizado a prosseguir com a captação, pois possui “capacidade de pagamento elegível à concessão de garantia da União” e apresentou contragarantias suficientes, além de não possuir atrasos em operações avalizadas pelo Governo Federal.

Os recursos serão direcionados à infraestrutura, como projetos de transporte e mobilidade urbana, saneamento, fontes renováveis e eficiência energética, mas também a iniciativas de alto impacto em desenvolvimento humano e socioambiental, como agricultura sustentável, saúde e bem-estar e inclusão produtiva. “Esta captação abrange tanto investimentos no setor público, isto é, municípios, quanto no privado, incluindo também as micro e pequenas empresas. Já temos as melhores taxas e linhas. Agora teremos também muito mais volume”, diz o presidente do BDMG, Marcelo Bomfim.

FOMENTO PARANÁ FACILITA CAPITAL DE GIRO PARA PEQUENOS

A Fomento Paraná, instituição financeira do governo do estado, criou uma nova linha de capital de giro de até R\$ 50 mil com foco em micro e pequenas empresas. A modalidade foi apresentada no Encontro Estadual de Agentes de Crédito, em Foz de Iguaçu, no início de dezembro.

O limite de crédito é calculado conforme o porte de cada empreendimento. O crédito de até R\$ 50 mil é destinado a atender micro e pequenas empresas consolidadas, que tenham pelo menos 24 meses de faturamento fiscal declarado na faixa entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões ao ano. Entre as facilidades está a possibilidade de dispensa de avalista, permitindo oferecer garantia por meio de fundos de aval ou cartas de uma das Sociedades Garantidoras de Crédito. “Há muita demanda por capital de giro no momento e esse é um tipo de recurso que precisa estar disponível rapidamente, para facilitar a tomada de decisão dos empreendedores”, explica o diretor-presidente da instituição e diretor da ABDE, Heraldo Neves.



GOIÁS FOMENTO DESTINA R\$ 12 MI PARA PROJETOS DE TECNOLOGIA

A Agência de Fomento do Estado de Goiás (GoiásFomento) tem disponível quase R\$ 12 milhões em crédito para financiar *startups*, micro, pequenas e médias empresas que desejam transformar seu negócio por meio da inovação. Esses recursos são oriundos das linhas de crédito Inovacred e Inovacred Expresso, da Finep.

O presidente da GoiásFomento, Eurípedes do Carmo, disse que o objetivo da instituição financeira é apoiar empresas com iniciativas na área do desenvolvimento tecnológico. “Entendemos que a inovação é o caminho para aumentar a competitividade e garantir novos empregos”, declarou.

A Finep financia empresas de micro, pequeno e médio portes com receita bruta anual de até R\$ 90 milhões que desenvolvem atividades inovadoras. O valor liberado do financiamento varia de R\$ 50 mil a R\$ 2 milhões.

AFAP CRIA LINHA DE CRÉDITO PARA INOVAÇÃO

A Agência de Fomento do Amapá (Afap) irá incentivar a expansão dos empreendimentos do setor de inovação e tecnologia no estado, com uma nova linha de crédito que, inicialmente, vai disponibilizar R\$2 milhões para financiamentos voltados a empresas do setor. Assim, elas poderão investir na ampliação dos negócios, mantendo os postos de trabalho e gerando mais emprego e renda.

A agência foi a segunda do norte do país a acessar os recursos da Finep. “O recurso vem justamente para fomentar o mercado amapaense e, por meio dele, é possível fortalecer as empresas e custear e regularizar despesas, o que abre oportunidade direta para geração e manutenção de emprego”, detalha a presidente da Afap, Syntia Lamarão.

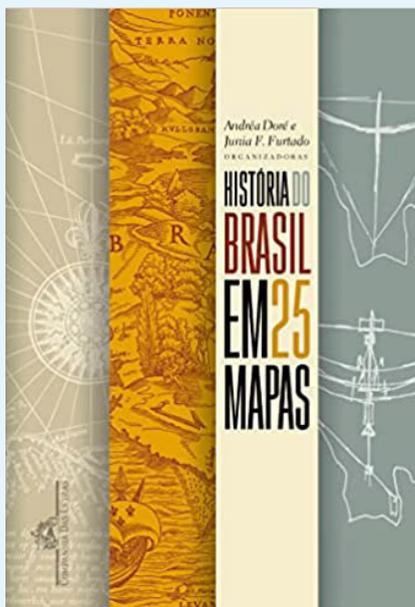
No primeiro momento, foram atendidas duas empresas selecionadas pelo edital Finep Amazônia. Técnicos da agência participaram de treinamento promovido pela Finep sobre diversas linhas de crédito da instituição.

FINEP E SEBRAE CRIAM FUNDO GARANTIDOR À INOVAÇÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS

A Finep e o Sebrae lançaram, no dia 5 de dezembro, o primeiro Fundo Garantidor focado em Inovação do Brasil, o FAMPE Inovacred. O anúncio foi realizado na abertura da 32ª Conferência da Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação, em Salvador. O fundo tem patrimônio inicial de R\$ 160 milhões, vai operar de forma descentralizada por meio de agentes financeiros e tem o potencial de mudar a realidade dos pequenos negócios inovadores do Brasil.

Segundo o superintendente da Área de Crédito da Finep, Miguel Haum, levantamentos realizados pela instituição em parceria com o Sebrae apontaram que mais de 60 mil pequenos negócios no país buscam inovar em produtos e processos, mas têm grande dificuldade no acesso a crédito, principalmente pela exigência da apresentação de garantias, pelos altos custos cobrados pelo mercado e pela própria falta de conhecimento dos mecanismos disponíveis existentes.

O grande diferencial do FAMPE Inovacred é permitir a esses pequenos empreendedores contornarem um de seus principais desafios, a apresentação de garantias de crédito. Por meio do Fundo, os interessados poderão adquirir a garantia de que necessitam dos agentes financeiros da Finep a um custo máximo de concessão de 5% da operação. Em contrapartida, o Fundo cobrirá até 10% da inadimplência das operações (o chamado *stop-loss*). Serão apoiadas empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões, em projetos de até R\$ 1,5 milhão. As operações poderão ter prazo de até 10 anos.



História do Brasil em 25 mapas
Andréa Doré e Junia Furtado (orgs.)
 Cia. das Letras, 2022, 464 p.

BRASIL NO MAPA

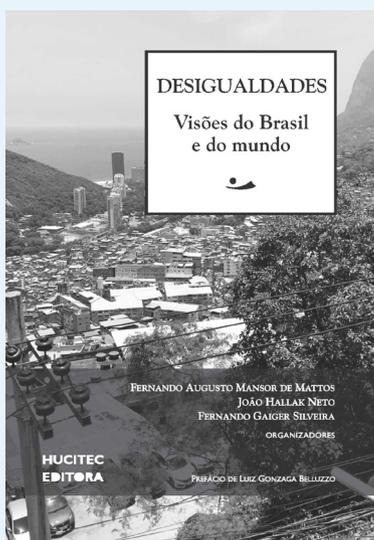
Organizada pelas historiadoras Andréa Doré e Junia Furtado, a obra traz um estudo inédito, feito por pesquisadores e pesquisadoras das mais diferentes áreas, para pensar o Brasil a partir de sua cartografia. De um planisfério de 1502 a *softwares* que acompanham via satélite o desmatamento na Amazônia no século XXI, das organizações de comunidades quilombolas ao Plano Piloto, os mapas ajudam a contar diversas fases do desenvolvimento brasileiro.

O livro aborda alguns grandes temas da história, como América portuguesa, Brasil holandês, Companhia de Jesus, contrabando, revoltas rurais, povos originários, imigração, epidemias e ditadura. Além dos 25 mapas em destaque – ponto de partida para cada análise aqui retratada –, são recuperadas cartas e outros ele-

mentos que contribuem para o diálogo e o entendimento de cada assunto abordado.

Para as organizadoras, “os mapas não falam só sobre o que eles representam. Por vezes, dizem mais sobre o que calam, e seus silêncios se tornam eloquentes”. Objetos de cuidadosa investigação para revelar seus significados, nenhum dos componentes de um mapa é escolhido por acaso.

Andréa Doré é professora de teoria da história e de história moderna na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro fundadora da Rede Brasileira de Estudos em História Moderna. Junia Ferreira Furtado é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e autora do livro *O mapa que inventou o Brasil*, vencedor do prêmio Jabuti em 2013.



Desigualdades: visões do Brasil e do mundo
*Fernando Augusto Mansor de Mattos
 João Hallak Neto e Fernando Gaiger
 Silveira (orgs.)*
 Hucitec, 2022, 488 p.

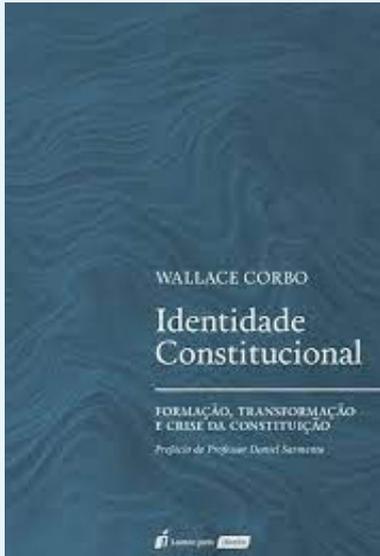
SOBRE HERANÇAS E ESCOLHAS

Os ensaios reunidos nesse livro colocam o tema das desigualdades no centro do debate como uma das grandes questões a serem enfrentadas no mundo contemporâneo, com interpretações diversas sobre o seu caráter histórico-estrutural, econômico, social e político.

O livro propõe avançar no retrato da realidade brasileira, justamente uma das sociedades mais desiguais do mundo. Ao reunir as contribuições de um grupo amplo de especialistas, busca compreender as causas das diversas desigualdades e discutir as possibilidades concretas de mudança em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. Os 26 artigos foram redigidos por destacados autores nacionais

e internacionais, como o economista francês Thomas Piketty, e recuperam a centralidade e a urgência do tema, com contribuições relevantes para uma mudança teórica e metodológica no tratamento das desigualdades como objeto de pesquisa.

O livro é organizado pelo professor Fernando Augusto Mansor de Mattos, mestre e doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp; pelo economista e analista da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), João Hallak Neto; e pelo técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e professor colaborador da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Gaiger Silveira.



Identidade Constitucional
Wallace Corbo
Lumen Juris, 2022, 404 p.

DIREITOS E IDENTIDADE

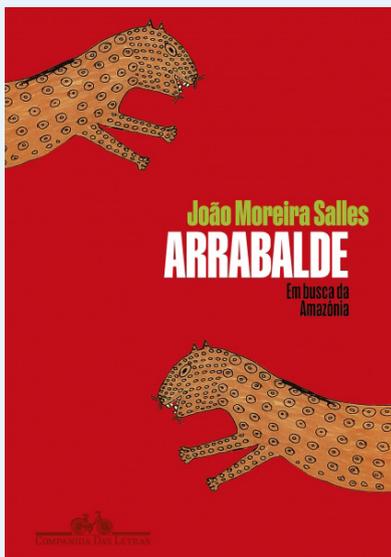
Quais são os elementos que conferem a uma dada Constituição sua identidade? De que maneira se forma a identidade constitucional e quais são os mecanismos pelos quais, dia após dia, os significados, sentidos e narrativas sobre uma Constituição se transformam? O doutor e mestre em Direito Público Wallace Corbo busca responder a esses questionamentos por meio de uma análise que põe em diálogo a teoria constitucional, a filosofia política, a sociologia e a história.

Em um momento em que a Constituição de 1988 é colocada em xeque por instabilidades políticas, institucionais e sociais, a obra busca refletir sobre essa crise constitucional e propõe uma fórmula da luta pela Constituição como processo adequado para a retomada e aprofundamento de identidades consti-

tucionais emancipatórias.

No lugar de pensar a Constituição e sua identidade como conceitos estáticos, voltados a juristas e tribunais, o trabalho busca abarcar os múltiplos agentes e esferas em que a Constituição transforma-se de texto em prática. Para isso, faz uma longa retrospectiva, recorrendo a teorias e exemplos internacionais, e chega a questões que ganham ainda mais relevo na contemporaneidade, como os movimentos negro e LGBTQIA+ na constituinte.

Wallace Corbo é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e mestre e doutor em Direito Público pela mesma universidade. Atualmente é professor na Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Arrabalde
João Moreira Salles
Cia. das Letras, 2022, 424 p.

AMAZÔNIA EM RETRATO

O documentarista e produtor João Moreira Salles apresenta um panorama do maior bioma nacional, por meio de relatos, entrevistas e pesquisas para retratar as variadas percepções da Amazônia por aqueles que se relacionam com ela.

Resultado da estada de seis meses do autor no Pará e tributário da literatura de viagens, *Arrabalde* é um convite a olhar atentamente para a floresta, em sua complexidade biológica e social, em sua desordem natural e potente. Afinal, a Amazônia produz 20% da água doce do planeta e abriga por volta de 16 mil espécies de árvores. Maior floresta tropical do mundo, ainda encerra mistérios que instigam pesquisadores e leigos.

Ao apurar a forma como o território vem sendo ocupado desde os anos 1960,

João Moreira Salles evidencia a falta de curiosidade e afeto que pautou os modelos de exploração do bioma, o qual foi sendo devastado e reduzido à lógica das economias extrativistas. O livro se transforma, então, numa defesa contundente de um dos principais patrimônios ambientais do mundo, além de um ensaio sobre o seu presente e as suas possibilidades de futuro.

Conhecido documentarista, Moreira Salles é diretor de longas de sucesso como *Notícias de uma Guerra Particular*, *Entreatos* e *No Intenso Agora*. Como produtor de cinema brasileiro, foi responsável pelas obras premiadas *Lavoura Arcaica* e *Madame Satã*, e pela série de documentários de Eduardo Coutinho, como *Edifício Master* e *Jogo de cena*.

EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Rua da Assembléia, 10, sala 3506
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-901
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA
Presidente: Jeanette Halmenschlager Lontra
1º Vice-Presidente: Valdecir Tose
2º Vice-Presidente: Cledir Assisio Magri
Diretores: André Luz Godoy, Bruno Laskowsky, Heraldo Alves das
Neves, Jair de Oliveira Marques, Munir Abud de Oliveira, Paulo
Augusto Ferreira Bouças e Paulo de Oliveira Costa.

Secretária-Executiva (interina): Cristiane Vitorino

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANESE – Banco do Estado de Sergipe
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRESOL - Cresol Confederação
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAUI FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas



**SIGA A
ABDE NAS
MÍDIAS DIGITAIS**



/company/abde



@abdeoficial



ABDEoficial

Rumos

Redação e Administração

Rua da Assembleia, 10, 35º andar Sala
3506
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906

Email: rumos@abde.org.br
www.abde.org.br

Gerente de Comunicação & Editora

Thais Sena Schettino

Equipe

Jader Moraes, Weslei Valadares,
Giovana Alves e Vitória Luna
(estagiárias)

Revisão

Mariana e Renato R. Carvalho

Capa

Pixabay

Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 46 - nº 317 - Dezembro de 2022
Edição Digital

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.



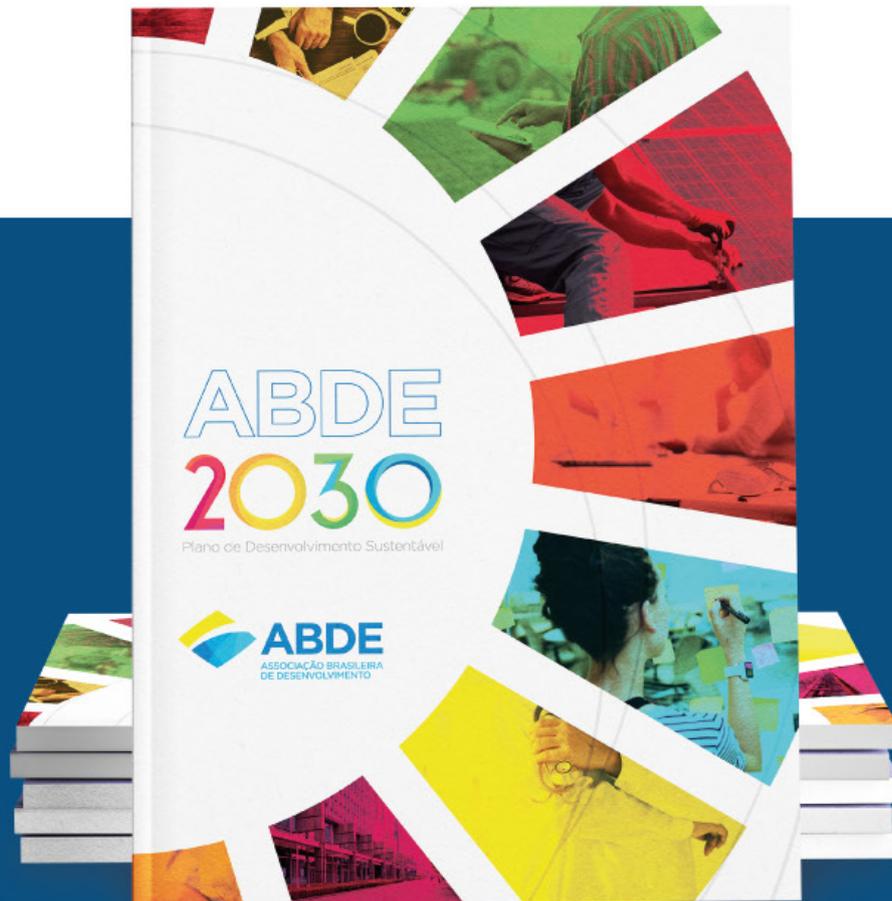
ABDE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO



+DE 30
ASSOCIADOS
POR TODO PAÍS

A potência de um
estado, de uma agência,
de um banco, de uma
economia, de pessoas,
de equipes, de todos nós.



CAMINHOS PARA UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO.

Leia o Plano ABDE 2030 de
Desenvolvimento Sustentável.

Disponível em: www.abde.org.br